



Um olhar para a comunidade de práticas em bibliotecas públicas pelas lentes das práticas informacionais

A look into the community of practice in public libraries through the lens of information practices

Daniele Achilles

Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Docente do Departamento de Biblioteconomia e dos Programas de Pós-graduação em Biblioteconomia e em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
E-mail: danyachilles1@yahoo.com.br

Janicy Aparecida Pereira Rocha

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
E-mail: janicy.rocha@unirio.br

RESUMO

Apresenta as bibliotecas públicas como instituições sociais, culturais e de memória que enfrentam desafios como a desconexão entre as dimensões teórica e prática e a falta de aderência e ressonância social. Com vistas na desconexão teórico-prática, apresenta como estratégia de fortalecimento desses espaços, visando contribuir para diminuição do distanciamento entre essas instituições e a comunidade, uma proposta teórico-metodológica de alinhamento do conceitos de práticas informacionais com o método comunidade de práticas, aplicável ao ambiente das bibliotecas públicas. Para tanto, utiliza-se de textos de autores seminais para apresentar os fundamentos teóricos das práticas informacionais e das comunidades de práticas. Como resultado, apresenta um modelo teórico-metodológico que combina o método da triangulação (teoria, prática e contexto sócio-histórico) com as dimensões da comunidade de práticas (domínio, comunidade e prática), ambos permeados pelas práticas informacionais as quais se constituem e são propagadas ou contestadas em interações sociais durante ações informacionais rotineiras e formais nesses espaços. Conclui que há potencialidades na adoção das comunidades de prática como método para desvelar as práticas informacionais nas bibliotecas públicas.

Palavras-chave: Comunidade de Práticas. Bibliotecas Públicas. Práticas Informacionais.

ABSTRACT

It presents public libraries as social, cultural, and memory institutions that face challenges such as the disconnection between theoretical and practical dimensions and the lack of social adherence and resonance. Addressing the theoretical-practical gap, it proposes a theoretical-methodological strategy to strengthen these spaces, aiming to reduce the distance between these institutions and the community. This strategy consists of aligning the concept of informational practices with the communities of practice method, making it applicable to the public library environment. To this end, seminal texts are used to establish the theoretical foundations of informational practices and communities of practice. As a result, it presents a theoretical-methodological model that integrates the triangulation method (theory, practice, and socio-historical context) with the dimensions of the community of practice (domain, community, and practice). Both elements are interwoven with informational practices, which are constituted, disseminated, or contested through social interactions during routine and formal informational activities within these spaces. The study concludes that adopting the communities of practice approach holds potential as a method for unveiling informational practices in public libraries.

Keywords: Community of Practice. Public Libraries. Information Practices.

1 INTRODUÇÃO

O panorama das bibliotecas públicas brasileiras é marcado por uma série de entraves e mazelas que remontam ao seu surgimento, em 1811, em Salvador, na Bahia. A partir da criação da primeira biblioteca, essas instituições foram sendo implantadas em lugares centrais dos estados brasileiros com o objetivo de servir aos interesses de uma ‘elite’, isto significa dizer: bibliotecas públicas para alfabetizados e colonizadores. Em um primeiro momento, os subscritores (espécie de sócios que pagavam pelo acesso à informação e ao conhecimento) frequentavam esses espaços, e a população em geral era excluída. Em um segundo momento, o crescimento do processo de industrialização e urbanização gerou cada vez mais a urgência e a necessidade de oferecer aos ‘trabalhadores’ (muitos deles, ex-escravizados) um apoio à alfabetização, bem como ao controle social, como enfatiza Mueller (1984).

Apontar para essa marcação histórica confere importância à identificação dos entraves vivenciados por essas instituições, especialmente no que diz respeito à construção do conceito ‘biblioteca pública’ no Brasil. Desse modo, é possível associar a face educativa, cultural, ou até mesmo aquela voltada para o lazer, bem como outras funções ligadas à democratização (Mueller, 1984). Ainda é comum reconhecer que muitas bibliotecas públicas se encontram descoladas da vida das pessoas. Dados da sexta edição da pesquisa Retratos da Leitura (2024) indicam que existe uma falta de proximidade entre o usuário e a biblioteca, seja no uso de serviços e espaços, seja no entendimento das suas funções. Dentre os 5.504 entrevistados, apenas 11% costumam ler em bibliotecas; 0% indicaram que a biblioteca ou o bibliotecário influenciaram o gosto pela leitura. E sobre a percepção dos respondentes: 59% compreendem-na como um lugar para pesquisa e estudo e 19% como um lugar para todas as pessoas. Já sobre a existência de biblioteca no bairro ou na cidade, 46% afirmam que não existe; com relação à frequência em bibliotecas, 75% não frequentam e apenas 3% frequentam sempre; a maior parte dos respondentes frequentam as bibliotecas escolares, públicas e universitárias, sendo 52% o público feminino e 48% masculino, nos quais 61% afirma estar estudando e, por isso, frequentam a biblioteca. Mesmo com esses índices, 39% dos entrevistados afirmam que nada os faria frequentar uma biblioteca (Instituto Pró-Livro, 2024). O panorama da pesquisa divulgado em 2024 revela a falta de cultura de biblioteca no Brasil. Daí surge a seguinte questão: como alinhar a perspectiva de práticas informacionais com o método

comunidade de práticas para o desenvolvimento de ações informacionais que diminuam o distanciamento entre bibliotecas públicas e comunidade?

A partir do posicionamento desse problema, esta pesquisa se define como social, considerando a desconexão entre as dimensões teórica e prática da biblioteca pública que afeta diretamente a aderência e a ressonância social que essas instituições podem ter, não se portando como parte integrante da vida das pessoas (Alfaro López, 2008; Achilles, 2018). Para além da marcação histórica e conceitual sobre 'biblioteca pública', é imperativo refletir sobre novas possibilidades teórico-metodológicas aplicáveis a essas instituições e, por esse motivo, essa proposta se justifica.

Em virtude disso, cabe destacar que extrapola o escopo dessa pesquisa abordar a totalidade dos aspectos históricos e conceituais sobre o conceito 'biblioteca pública'. O que se pretende aqui não é fixar tais aspectos, mas sim associar dois outros elementos conceituais: 'práticas informacionais' e 'comunidade de práticas', entendendo que o conceito comunidade de práticas apresenta uma dimensão metodológica essencial à construção dessa proposta. Assim, buscam-se novas formas de resolução de problemas e fortalecimento dos espaços de bibliotecas públicas a partir da associação do método comunidade de práticas com a perspectiva de práticas informacionais.

Os estudos de práticas informacionais surgem na década de 1990, como alternativa crítica aos estudos de comportamento informacional que, tradicionalmente, compreendem as relações estabelecidas entre usuários e informação como desencadeadas por motivos e necessidades subjetivos (Savolainen, 2007). Ancoradas na abordagem social dos estudos de usuários, as práticas informacionais compõem uma linha de investigação mais sociológica e contextual. Nesse sentido, as configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais (individuais e coletivas) participam dos processos de formação dos significados socialmente partilhados, das fontes ou recursos disponibilizados, das disputas existentes nas dinâmicas de produção, registro, disseminação e uso da informação e do conhecimento, por exemplo.

As raízes teóricas das práticas informacionais são identificadas por Savolainen (2007) na aprendizagem situada (Lave, 1988); nas comunidades de prática (Lave; Wenger, 1991) e na teoria da estruturação (Giddens, 1984). Na Ciência da Informação, os estudos de práticas informacionais são orientados por uma visão socioconstrucionista, que compreende as ações informacionais dos sujeitos como práticas sociais situadas em contexto (Savolainen, 2007; Isah, 2012; Harlan, 2012). O aspecto socioconstrucionista das

práticas informacionais se sobressai pela acepção de que os sujeitos têm participação ativa e passiva na configuração do contexto informacional, mediante interações sociais.

Já o conceito comunidade de práticas está fundamentado na teoria de Wenger (1998; 2002; 2010); Snyder, Wenger, Sousa Briggs (2003); Wenger, McDermott e Snyder (2002). Suas raízes advêm da perspectiva social da aprendizagem humana, inspirando-se na Antropologia e na Teoria Social (Wenger, 2010). Uma comunidade de práticas é formada e formalizada a partir de interesses comuns onde pessoas partilham suas experiências, informações e conhecimentos com vistas à construção de aprendizagens individuais e coletivas.

Frente ao exposto, essa pesquisa tem como objetivo traçar uma proposta teórico-metodológica para ser aplicada no ambiente das bibliotecas públicas, entendendo que essa nova via de elaboração pode interferir diretamente na construção epistemológica do campo Biblioteconomia Pública. Tal proposta consiste no alinhamento do entendimento das práticas informacionais, em uma perspectiva socioconstrucionista, e do método comunidade de práticas, a partir da concepção voltada à aprendizagem social, trabalhados por via do método de triangulação, recurso metodológico da pesquisa qualitativa.

Ainda que Harlan (2012) e Prudencio (2021) tenham abordado ambos os conceitos em estudos sobre adolescentes criadores de conteúdo digitais e bibliotecários de Ciências da Saúde, respectivamente, a aproximação entre eles demanda maior discussão. Assim, esta proposta centra-se na associação do método comunidade de práticas ao entendimento teórico das práticas informacionais visando à aplicabilidade em bibliotecas públicas.

O manejo do tema para a elaboração dessa proposta se justifica a partir dos estudos conduzidos pelas autoras que resultaram em suas teses de doutorado, bem como pela atuação de ambas no Programa de Extensão Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas, em execução desde 2022. Antes da criação do programa de extensão, o método comunidade de práticas em bibliotecas públicas vinha sendo aplicado desde 2018 por uma das autoras, como projeto de extensão universitária na Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: informação e intercâmbio de experiências.

Assim, essa pesquisa foi desenvolvida com base em um processo de organização das ideias e alinhamento desses componentes teórico-metodológicos, levando em consideração: o problema exposto; a perspectiva teórica das práticas informacionais; a metodologia como proposta reflexiva inovadora para o campo da Biblioteconomia

Pública; a perspectiva prática estruturada no conceito comunidade de práticas, revelando a sua aplicabilidade e, por fim, a contribuição para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação por direcionar o olhar, pelas lentes das práticas informacionais, para a comunidade de práticas visando à afirmação das bibliotecas públicas na sociedade.

Para tanto, apresentam-se a seguir, a partir de autores seminais de ambos os componentes teórico-metodológicos: os fundamentos das práticas informacionais (seção 2); a comunidade de práticas (seção 3); a proposição teórico-metodológica pretendida (seção 4) e as considerações finais (seção 5).

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS ENQUANTO PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL

Professor da Universidade de Tampere, na Finlândia, Reijo Savolainen foi precursor dos estudos de práticas informacionais, ao propor um arcabouço para o estudo da busca de informação na vida cotidiana: o *Every Day Life Information Seeking* (ELIS). À época, o autor identificou uma lacuna nos estudos relativos à busca de informação: eles se centravam, prioritariamente, nas atividades relacionadas ao trabalho sem se atentarem a situações da vida cotidiana, de não trabalho ou, como denomina Savolainen (1995), às buscas de informação dos cidadãos (*citizen information seeking*).

O autor ponderou que as ações informacionais não se restringem às situações de trabalho; elas permeiam as mais diversas atividades cotidianas, desde cuidados com alimentação e saúde até o lazer. Porém, estudar a busca de informação na vida cotidiana demanda a mobilização de conceitos e pressupostos distintos daqueles considerados nos estudos sobre a busca de informação relacionada ao trabalho, usualmente conduzidos sob o enfoque cognitivista do comportamento informacional. Diante dessas constatações, Savolainen (1995) propõe uma abordagem que considera as relações estabelecidas com a informação na vida cotidiana como um processo complexo e multidimensional, permeado por elementos experienciais, situacionais, contextuais, sociais e culturais.

Assim, Savolainen (1995) desenvolve o conceito de ‘modo de vida’, aspecto segundo o qual a compreensão de como as pessoas lidam com a informação em situações cotidianas não deve prescindir de valores, crenças, normas e percepções individuais, mas estas percepções não são desvinculadas das estruturas sociais nas quais as pessoas se localizam. Paralelamente, Savolainen (1995) desenvolve o conceito de ‘domínio da vida’

referindo-se à capacidade de o sujeito de lidar efetivamente com demandas da vida cotidiana, utilizando a informação de maneira significativa.

Assim, o domínio da vida transcende a mera busca de informação enquanto uma ação desprovida de significações e de habilidades que permitam aos sujeitos agir de maneira informada e autônoma em suas atividades cotidianas. Pelo contrário, a dimensão sociocultural da informação é central e o autor a desenvolve a partir do que denomina como ‘ordem das coisas’. A ideia central desse conceito é que, em situações cotidianas, os sujeitos se envolvem na busca de informações de acordo com as características e dinâmicas específicas de seus grupos sociais, partilhando experiências, preferências, valores e atitudes convencionais daquela comunidade na qual estão inseridos.

Há, portanto, um entendimento do sujeito como participante ativo na interação com a informação, porém sobre ele incidem elementos da realidade social. Esse sujeito, socialmente situado, está imerso em uma teia de conexões sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciam suas atividades informacionais, cotidianas ou profissionais, e suas ações estruturam a realidade social, em um movimento dialógico constante.

Ao longo do tempo, os estudos das práticas informacionais se ampliaram, contemplando não apenas as ações informacionais da vida cotidiana, mas também aquelas formais, decorrentes dos ambientes de trabalho e acadêmico, bem como da aprendizagem no local de trabalho (Isah, 2012; Harlan, 2012). Há certa complementaridade entre ações informacionais cotidianas e formais, e apreendê-las pela lente das práticas informacionais possibilita uma compreensão mais plural dos sujeitos, como defende Araújo (2017). Nesse sentido, considerar as ações informacionais como práticas sociais que se desvelam a partir da experiência cotidiana dos sujeitos amplia as possibilidades de compreendê-los em contexto.

Cox (2008) defende que atividades informacionais são tecidas por meio das práticas sociais, sugerindo o termo ‘informação em práticas sociais’ para enfatizar a relação intrínseca entre ações informacionais e práticas sociais. Nessa ótica, a informação não é um objeto isolado capaz de preencher lacunas; ela é um elemento incorporado nas práticas sociais tanto formais quanto cotidianas das pessoas. A informação é uma construção social, moldada pelos contextos culturais, institucionais e sociais nos quais ocorrem as ações informacionais.

Nunes (2014) afirma que, sob a perspectiva das práticas informacionais, o sujeito é o protagonista de suas ações informacionais: ele constrói, para si e para sua comunidade,

a noção do que pode ser considerada informação. Portanto, há que se romper com a ideia de informação como coisa neutra ou exclusivamente subordinada a sistemas técnicos. Apreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas ações demanda “[...] um fazer etnográfico que intenta se entranhar no campo do senso comum, no universo de sentido dos sujeitos investigados na pesquisa.” (Gandra, 2017, p. 90). Se há associação direta entre as práticas sociais e as práticas informacionais e estas decorrem da vida cotidiana coletiva, para apreender as práticas informacionais

[...] faz-se necessário focar naquelas ações ordinárias que se encontram diretamente relacionadas à informação, mas também atentar para o modo por meio do qual essas práticas são geradas e significadas, considerando os mais variados espaços sociointerativos dos quais esses indivíduos participam direta ou indiretamente (Nunes, 2014, p. 172).

Para Araújo (2017, p. 221), o estudo das práticas informacionais se centra em um movimento constante por meio do qual se apreende as disposições individuais de se relacionar com a informação, mas também as disposições coletivas, promovendo um “[...] permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa”. Essa percepção assinala a proposta de uma perspectiva intersubjetiva de pesquisa, amparada pela abordagem social; em contraposição aos estudos de usuários conduzidos conforme a perspectiva objetivista da abordagem tradicional, bem como em contraposição à perspectiva subjetivista da abordagem alternativa.

Em conformidade com Tanus, Berti e Rocha (2022), defende-se que, por esse caráter contextual e socialmente situado, os estudos de práticas informacionais não devem ser tidos como equivalentes aos estudos de usuários da informação. Enquanto estes focam em situações particulares do usuário que é movido por uma necessidade informacional, aqueles se debruçam sobre uma visão ampla do sujeito que se engaja em ações informacionais diversas. Esse sujeito, localizado em contexto social, histórico, político, cultural e informacional, constrói-se a si mesmo e à sociedade.

Ao se observar as dinâmicas cotidianas nos espaços das bibliotecas públicas nas quais é desenvolvido o Programa de Extensão aqui mencionado, percebe-se que os diferentes sujeitos que constituem as equipes dessas bibliotecas orientam suas práticas e ações informacionais guiadas pela noção de ordem das coisas, conforme postulada por Savolainen (1995). Assim, cada equipe orienta suas ações às realidades informacionais específicas daquela comunidade com a qual se relaciona, não apenas em um sentido formal de acesso à informação. Antes, nota-se que o cotidiano das comunidades atendidas

por cada biblioteca pública é protagonista das ações informacionais, o que promove aproximação entre ambas.

Assim, a biblioteca pública se sobressai como espaço de protagonismo dos frequentadores e das equipes que, juntos, se acolhem e vivenciam, de forma cotidiana, as mais diversas experiências informacionais. Atividades como artesanato, contação de histórias, teatro, visitas guiadas, palestras educativas, atividades de formação e outras são desenvolvidas, tendo como temáticas assuntos cotidianos das comunidades nas quais se inserem as bibliotecas. Tudo isso confere protagonismo aos sujeitos que, socialmente situados, partilham experiências e informações diretamente relacionadas às suas realidades. A partir dessas vivências, as equipes também aprendem e, por consequência, identificam novas possibilidades de atuação, socializando-as com equipes das outras bibliotecas.

Essa dinâmica sugere um sistema de aprendizagem social nos moldes das comunidades de práticas, apresentadas na sequência enquanto possibilidade teórico-metodológica para orientar os estudos de práticas informacionais em bibliotecas públicas, pautados por um olhar etnográfico dedicado a esses espaços.

3 COMUNIDADE DE PRÁTICAS COMO CONCEITO E MÉTODO

Etienne Charles Wenger, teórico suíço e sociólogo, desenvolveu estudos no campo da Sociologia e Educação, trabalhando com Jean Lave, antropóloga social, que se dedicou à investigação da teoria da cognição social, situada no campo das comunidades de práticas. Wenger e Lave, em 1991, foram os pioneiros ao lançar ideias voltadas à aprendizagem situada associando-a às comunidades de práticas. Essa associação resultou na publicação da obra “Aprendizagem situada: participação periférica legítima”, um dos textos seminais do trabalho dos autores e que abriu portas para novas pesquisas em diversas áreas do conhecimento com base nos estudos dos processos de aprendizagem construídos a partir das práticas.

A teoria da aprendizagem associada às comunidades de práticas pode ser vista a partir dos cenários das práticas sociais ou dos processos de construção dos modos de vida. A teoria social da aprendizagem se dedica a investigar o modo como as pessoas de uma comunidade aprendem e, por via da participação em comunidades de práticas, como as informações, experiências e vivências ajudam a construir novos conhecimentos, caminhos e possibilidades.

O conceito de comunidade de práticas se fundamenta a partir da Sociologia e Teoria Social (Lave, 1988; Bourdieu, 1977; Giddens, 1984; Foucault, 1980; Vygotsky, 1978) e tenta explicar o caráter social da aprendizagem humana. O termo foi trabalhado por Wenger (2010) e envolve, essencialmente, a aprendizagem das relações sociais com base na inserção das pessoas em comunidades, embora tenha interação com a perspectiva de tradição de sistemas (Wenger, 2010). A formação de uma comunidade de práticas pressupõe a própria construção do conceito ‘comunidade de práticas’; uma base de aprendizagem; dimensões; pessoas e suas práticas. Dito isso, a comunidade de práticas pode ser encarada como um sistema que tem como objetivo a construção da aprendizagem social.

O conceito de comunidade de práticas não existe por si só. Faz parte de um quadro conceitual mais amplo para pensar a aprendizagem em suas dimensões sociais. É uma perspectiva que situa a aprendizagem, não na cabeça ou fora dela, mas na relação entre a pessoa e o mundo, que para os seres humanos é uma pessoa social em um mundo social. Nessa relação de participação, o social e o individual se constituem mutuamente. Quando me refiro à “teoria” a seguir, refiro-me a esta versão da teoria da aprendizagem social (Wenger, 2010, p. 1, tradução nossa).

É, portanto, um sistema de aprendizagem social que propicia análises, mentorias, resolução de problemas de forma integrada e interdisciplinaridade. Também abrange “características de sistemas de forma mais geral: estrutura emergente, relacionamentos complexos, auto-organização, limites dinâmicos, negociação contínua de identidade e significado cultural”, por exemplo, (Wenger, 2010, p. 1, tradução nossa). O autor ainda apresenta seis suposições sobre a aprendizagem em comunidades de práticas, afirmando esse caráter sistêmico.

A primeira suposição, *‘aprendizagem como a produção da estrutura social’*, leva em consideração “o envolvimento em contextos sociais que envolve um processo duplo de criação de significado” (Wenger, 2010, p. 1, tradução nossa), tanto individual como coletivo, que está relacionado com a construção dos modos de vida, produzindo um jogo entre participação e reificação que prevê uma série de negociações que possibilitam ressignificar as experiências. Por isso, o processo de aprendizagem por via da produção da estrutura social é dinâmico, vivo e reconhece o jogo entre lembrança-esquecimento, assim como formas de resistência e possibilidades de criação. Para Wenger (2010, p. 2, tradução nossa):

Participação e reificação representam duas linhas de memória entrelaçadas, mas distintas. Ao longo do tempo, sua interação cria uma

história social de aprendizagem, que combina aspectos individuais e coletivos. Essa história dá origem a uma comunidade à medida que os participantes definem um “regime de competência”, um conjunto de critérios e expectativas pelos quais eles reconhecem a participação. Esta competência inclui:

- Compreender o que é relevante, qual é a finalidade da comunidade e como ela dá origem a uma determinada perspectiva sobre o mundo;
- Ter (e estar autorizado a exercer) a capacidade de interagir produtivamente com outros membros da comunidade;
- Utilizar adequadamente o repertório de recursos que a comunidade acumulou através de sua história de aprendizagem.

Com o tempo, uma história de aprendizagem transforma-se em uma estrutura social informal e dinâmica entre os participantes, e é isso o que constitui uma comunidade de práticas.

A segunda suposição, *‘aprendizagem como produção de identidade’*, “dá ênfase na pessoa como uma participante social, como entidade criadora de significado para quem o mundo social é um recurso para a constituição de uma identidade” (Wenger, 2010, p.2, tradução nossa). Isso significa dizer que uma pessoa não se restringe a uma “entidade cognitiva”, pelo contrário, significa que uma pessoa é uma multiplicidade atravessada por uma diversidade de informações, experiências, vivências e afetos, dotada de diferentes tipos de conhecimentos e saberes. O modo singular como cada pessoa constrói seus modos de vida, dentro do sistema de aprendizagem social, contribui para a ampliação do alcance da comunidade. A esse respeito, Wenger (2010, p. 2, tradução nossa) enfatiza: “aprender não é apenas adquirir habilidades e informações; é tornar-se certa pessoa – um conhecedor em um contexto em que o que significa saber é negociado com respeito ao regime de competência de uma comunidade”. Nesse sentido, cabe salientar que esse regime de competência não é algo imposto, mas construído e negociado coletivamente através das partilhas no momento das oficinas, grupos de trabalho, por exemplo.

A produção de identidade pode ser vista como um processo de identificação e desidentificação, de pertencimento ou não com a comunidade. Essa dinâmica de pertencimento é o que confere à identidade o poder de modulação das práticas. Em um sentido mais tradicional, a identidade requer, sob algumas perspectivas, coesão social e, no contexto das bibliotecas públicas, isso é um campo minado, porque pode sugerir a unidade, desvalorizando assim, a potência da multiplicidade. Para Wenger (2010, p.3, tradução nossa):

O conceito de identidade é um elemento central da teoria, tão fundamental e essencial quanto a comunidade de práticas. Ele atua como uma contrapartida ao conceito de comunidade de práticas. Sem um lugar central para o conceito de identidade, a comunidade se tornaria

“sobredeterminante” de qual aprendizagem é possível ou de qual aprendizagem ocorre.

A aprendizagem como produção de identidade aciona o uso da teoria, a noção de prática e ativa os processos e dinâmicas experienciais. Nesse contexto, é possível se valer da noção de identidade também a partir dos Estudos Culturais. Stuart Hall, por exemplo, na obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, afirma o declínio das ‘velhas identidades’, o que leva à formação de novas identidades, marcando que as mudanças estruturais ocorridas no final do século XX foram promovendo um processo de descentralização das identidades. O autor evidencia o deslocamento e a fragmentação, processos que podem ser compreendidos como marcação da passagem do fixo para o móvel, do estável para o instável (Hall, 2005).

“A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, de acordo com Hall (2005, p. 13). Essa afirmativa anuncia alterações nas práticas sociais dos indivíduos e fez com que pesquisadores passassem a analisar os processos de identificação como provisórios, instáveis e problemáticos, por exemplo. Além disso, Wenger (2010, p. 3) salienta que “o foco na identidade também adiciona uma dimensão humana à noção de prática”. Com vistas nisso, por essa via, é possível considerar a importância da valorização das experiências e vivências quando nos referimos às práticas sociais e à formação da identidade a partir da construção dos modos de vida singularizados.

Sobre a terceira suposição, *‘aprendizagem como estrutura de sistemas (paisagens de práticas)’*, Wenger (2010, p. 3, tradução nossa) afirma:

As comunidades de práticas obviamente não são isoladas; fazem parte de sistemas sociais mais amplos que envolvem outras comunidades (assim como outras estruturas como projetos, instituições, movimentos ou associações). Assim, o mundo social inclui inúmeras práticas; e vivemos e aprendemos através de uma multiplicidade de práticas.

Dito isso, é imperativo admitir que a comunidade de práticas em bibliotecas públicas não é um sistema fechado em si mesmo; pode e deve ser visto como aberto, no qual a “aprendizagem dá origem a uma multiplicidade de práticas inter-relacionadas, ela molda o mundo humano como uma paisagem complexa de práticas” (Wenger, 2010, p.4, tradução nossa). Essa suposição corrobora a perspectiva sobre identidade presente nos Estudos Culturais, situada na teoria de Hall (2005), uma vez que o processo sistêmico pode produzir determinadas limitações e, por esse motivo, é necessário considerar as

aberturas, como uma forma de fomentar a hibridação, a oxigenação, a criação e a recriação das práticas sociais.

A quarta suposição, *'modos de identificação'*, admite as relações de participação por via da identificação. O engajamento, imaginação e alinhamento produzem formas de manutenção dos processos de participação e das dinâmicas de identificação, influenciando, assim, nas práticas sociais criadas e recriadas. Segundo Wenger (2010, p. 4-5, tradução nossa):

À medida que nós (e, por extensão, nossas comunidades) negociamos nossa participação em sistemas mais amplos, precisamos compreender tanto o sistema quanto nossa posição nele. Ao fazer isso, criamos relacionamentos de identificação que podem se estender por todo o sistema. É útil distinguir entre diferentes modos de identificação que posicionam a aprendizagem na paisagem: engajamento, imaginação, alinhamento.

A quinta suposição, *'identidade em uma paisagem de práticas'*, Wenger (2010, p. 5, tradução nossa) enfatiza que “a aprendizagem pode ser vista como uma jornada através de paisagens de práticas”. Essas diferentes paisagens de práticas refletem a experiência, modulando processos de identificação e, conseqüentemente, de formação de identidades, mas, neste caso, identidades fragmentadas, provisórias, moventes. Com base nisso, a identidade pode ser uma trajetória, onde passado, presente e futuro são costurados por via da experiência. A identidade pode ter nexos multiassociativos, o qual, talvez, possa ser denominada de rizomática e, por fim a identificação poderá se dar por multiescala “através da combinação de engajamento, imaginação e alinhamento, muitos níveis de escala entram na constituição da identidade” (Wenger, 2010, p. 6, tradução nossa).

A sexta suposição, *'conhecimento como modulação da responsabilização'*, aponta que “o regime de competência de uma comunidade de práticas se traduz em um regime de responsabilidade” (Wenger, 2010, p. 7, tradução nossa). Além disso, focaliza que “uma maneira de conceituar a cognoscibilidade em cenários de prática é pensar no conhecimento como a modulação da identificação entre múltiplas fontes de responsabilidade” (Wenger, 2010, p. 7, tradução nossa). Por essa via de compreensão, a comunidade de práticas acaba sendo institucionalizada a partir da logicidade ‘por pessoas, com pessoas, para pessoas’, o que garante a modulação, produzindo o senso de responsabilidade dos membros da comunidade.

Para além da definição propriamente dita, das características e suposições trabalhadas por Wenger (2010), é relevante considerar outros elementos que compõem

esse complexo teórico denominado ‘comunidade de práticas’. Aqui nos referimos à aplicabilidade, às críticas ao conceito, à potência do conceito, aos sentidos e significados, ao impacto e ao contexto sócio-histórico. No entanto, essa seção não tem como intenção cobrir todos esses aspectos, mas apresentar como objetivo trabalhar também a comunidade de práticas enquanto método.

A comunidade de práticas, enquanto método, pode ser abordada em diferentes áreas do conhecimento. É formada por pessoas que voluntariamente compartilham um interesse comum, interagindo a partir do intercâmbio de informações, conhecimentos, experiências e vivências (Wenger, 2010). É possível supor que o conceito comunidade de práticas pode ser caracterizado como bivalente, por apresentar duas funções: a primeira o conceito em si, conforme apresentado; a segunda se traduzindo em uma espécie de método, uma vez que é aplicável a determinadas ações, situações ou contextos institucionais, como em bibliotecas públicas, por exemplo.

Outrossim, toda comunidade de práticas pode ser estruturada e institucionalizada a partir de uma base de aprendizagem construída coletivamente, que considera o estudo do contexto sócio-histórico que se deseja atingir e transformar. Essa base de aprendizagem se alinha também às dimensões, neste caso, àquelas previstas por Wenger (2010): domínio, comunidade e prática. Esse alinhamento no âmbito da Biblioteconomia Pública pode repercutir diretamente com a compreensão teórica sobre práticas informacionais ressoando com o método etnográfico, por exemplo. Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003) definem como dimensões de uma comunidade de práticas:

- a) **o domínio:** é o objeto de preocupação, a área de conhecimento e especialidade que desperta interesse e dedicação dos participantes; a razão de ser da comunidade;
- b) **a comunidade:** é quem se preocupa com isso; engloba o tecido social, as pessoas, os relacionamentos, as normas de conduta, a confiança e a intimidade entre os participantes, bem como seu senso de pertencimento e os papéis na comunidade;
- c) **a prática:** é o que fazemos juntos com isso; a compreensão, as ideias, as ferramentas, a linguagem, os documentos, as histórias *etc.* que são compartilhados ou produzidos pelos participantes.

De posse desse entendimento, cabe destacar que, nesse contexto, o domínio pode ser visto como o interesse de transformar as bibliotecas públicas para que tenham

aderência e ressonância social. A comunidade é composta por: pesquisadores, estudantes e profissionais das bibliotecas públicas, parcerias acadêmico-profissionais, entre outros, além dos frequentadores das bibliotecas. Por fim, a prática são os conhecimentos gerados a partir das experiências compartilhadas, estas passíveis de serem compreendidas a partir das lentes das práticas informacionais.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMUNIDADE DE PRÁTICAS APLICÁVEL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo em vista a dupla função de uma comunidade de práticas (conceito e método), a aplicabilidade do Protocolo em bibliotecas públicas através do Programa de Extensão Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas, possibilitou engendrar uma espécie de modelo teórico-metodológico. O referido modelo concilia três constructos: 1) o método da Triangulação (composto por teoria, prática e contexto sócio-histórico situacional); 2) a perspectiva das práticas informacionais (que se constituem e são articuladas, propagadas ou contestadas no momento de formação tanto do método da Triangulação quando da Comunidade de Práticas, com base em interações sociais que ocorrem em ações informacionais rotineiras e formais); 3) a Comunidade de Práticas (formalizada por três dimensões: domínio, prática e comunidade). Tudo isso se configura em uma lógica voltada ao desenvolvimento do Protocolo COPB, relatado em Achilles (2024).

Essa proposta pode servir a diferentes contextos situacionais, no entanto, vale ressaltar que sua estruturação depende das dimensões epistemológica e praxiológica, alinhando pesquisa, ensino e extensão, uma vez que ela nasce na universidade e é aplicada a propósito sociais em bibliotecas públicas enquanto espaços de experiências e vivências, conforme defende Achilles (2018). O Protocolo COPB foi desenvolvido com base na criação e definição de uma pesquisa-extensionista, situada na tríade que constitui a missão universitária (pesquisa, ensino e extensão). Ou seja, trata-se de ações que articulam o conhecimento científico no âmbito da pesquisa; as práticas de ensino e aprendizagem no contexto do ensino; e as necessidades da comunidade na qual o projeto foi ou é aplicado, considerando o viés extensionista.

Uma pesquisa-extensionista tem interface com os preceitos da pesquisa-ação. Segundo Lewin (1946) a pesquisa-ação envolve planejamento, tomada de decisão e encontro de fatos sobre os resultados da ação e, a partir daí, a retomada de planejamento

e, por conseguinte, a manutenção das fases que foram definidas no próprio planejamento. Ademais, a ideia de transformação da realidade é o mote para o desenvolvimento de uma proposta extensionista que serve a propósitos sociais, na qual a universidade presta serviços às comunidades em diferentes territórios. E, por esse viés, pressupõe, sobretudo, a integração dialética entre o sujeito e sua existência, e, em neste caso, para além disso, a interação dialógica entre o sujeito e os diversos aspectos e fenômenos que vão sendo descortinados ao longo do caminho. Essa forma de compreensão nos leva a configurar o dialogismo como uma ferramenta que ativa e aviva aspectos sobre o pensamento, a aprendizagem, a ação, as práticas e a disseminação de conhecimentos e saberes. Sem deixar de lado a valorização do compartilhamento de experiências e vivências.

Para explicitar como o Protocolo COPB vem sendo estruturado é necessário elucidar alguns pontos:

1. A Triangulação (teoria, prática e contexto sócio-histórico situacional) é trabalhada na dimensão da pesquisa. Se constitui como a teoria estabelecida com base na fundamentação teórica sobre os campos científicos, uma vez que se admite a interdisciplinaridade e interprofissionalidade. A prática é constructo que se define a partir da pesquisa-ação, denominada no Protocolo como escutatório, momento em que a escuta atenta é praticada com a finalidade de reconhecer quais são os problemas vivenciados e como os sujeitos comunicam/compartilham tais problemas. O contexto sócio-histórico situacional é abordado a partir do levantamento de dados sociais, econômicos, demográficos, educacionais, culturais, políticos *etc.* do território no qual a biblioteca está localizada. Os pontos (teoria, prática e contexto sócio-histórico situacional) estão representados na imagem do triângulo que compõe a Figura 1, convertendo-se no primeiro espectro de análise: o que a teoria apresenta como indicação; o que a prática denuncia através das narrativas dos sujeitos; e, por fim, o que o contexto sócio-histórico situacional revela como pontos fortes e fracos (em relação ao ambiente interno); oportunidade e ameaças (em relação ao ambiente externo).
2. As práticas informacionais são evidenciadas na Triangulação e seus reflexos ressoam e direcionam as formas como a Comunidade de Práticas será constituída e formalizada. Nesta etapa da aplicabilidade, ocorre o primeiro *feedback* da equipe COPB com os sujeitos, técnica denominada conversatório preliminar. A apreensão das práticas informacionais desvela diferentes fenômenos, sob diversos níveis e

camadas, que representam situações complexas enfrentados pelos sujeitos, contribuindo para o ‘engessamento’ institucional e de suas funções sociais (educação, cultura, lazer, pertencimento, etc). É nesse tocante que a desconexão teórica e prática, conforme aponta Alfaro López (2008; 2010), pode ser observada. Então, os acordos são realizados a partir da descoberta e do reconhecimento das práticas desenvolvidas pelos sujeitos no seu cotidiano. Eles servirão como matéria-prima para início do terceiro constructo: a constituição da COPB de maneira efetiva. Na Figura 1, as práticas informacionais estão sendo representadas pelas linhas que sugerem um movimento ondulatório que advém de cada ponto do triângulo, diferenciada pelas cores rosa, roxo e verde. Movimento no qual são reveladas as brechas para trabalhar elementos inerentes ao incentivo à aderência e ressonância social das bibliotecas públicas.

3. A Comunidade de Práticas é constituída por três dimensões (domínio, comunidade e prática), sendo este constructo formado por um procedimento composto (escutatório - processo formativo - conversatório). Todos os processos formativos são singulares, isto é, consideram as especificidades das relações subjetivas e intersubjetivas ocorridas no escutatório e no conversatório preliminar. O viés da implantação da COPB personalizada tem como fundamento a perspectiva freiriana para o alinhamento do ensino e aprendizagem à pesquisa-extensionista. Na Figura 1, o constructo é representado pelo Diagrama Venn que ilustra as interseções entre domínio, comunidade e prática.

Figura 1 –Esquema imagético do modelo teórico-metodológico de práticas informacionais em comunidade de práticas em bibliotecas públicas



Fonte: As autoras (2023).

A Figura 1 sintetiza a primeira versão da proposta teórico-metodológica utilizada nos diferentes eixos de atuação do Programa de Extensão Comunidade de Práticas em

Bibliotecas Públicas, cuja estruturação baseia-se em uma espécie de modelo a ser sempre revisado no tocante à sua implantação.

Por fim, o fortalecimento da Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas, ativado pelo conversatório final estimula o trabalho coletivo aproximando comunidade – biblioteca – universidade, revertendo a lógica hierárquica da construção do conhecimento. Assim, é possível manejar novas formas de fomento para o desenvolvimento de uma cultura de biblioteca, garantindo sua aderência e ressonância social enquanto espaço de saberes, experiências e vivências compartilhadas, voltadas ao pertencimento comunitário e à transformação social, contribuindo para a formação de identidade do território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersecção entre práticas informacionais e comunidades de práticas constitui um arcabouço teórico-metodológico para compreender e fortalecer a atuação das bibliotecas públicas. Ao reconhecer as bibliotecas públicas como espaços de interação social e produção de significados, esta pesquisa propôs a articulação entre a perspectiva de práticas informacionais e o método comunidade de práticas, de forma a fomentar processos de aprendizagem coletiva e promover maior aderência dessas instituições às realidades socioculturais em que estão inseridas. A adoção das práticas informacionais como perspectiva analítica permite compreender como a informação é utilizada, compartilhada e negociada no cotidiano das bibliotecas públicas, superando abordagens que restringem a experiência informacional à mera busca por informação em fontes formais. Em outras palavras, defende-se aqui as comunidades de práticas como método para desvelar as práticas informacionais enquanto fazer etnográfico nas bibliotecas públicas.

Como demonstram Savolainen (1995) e Araújo (2017), as práticas informacionais são construídas socialmente e moldadas por estruturas históricas, culturais e econômicas, o que possibilita contemplar a dinamicidade dos processos informacionais nas comunidades nas quais se inserem as bibliotecas. Em consonância com Wenger (2010), que propõe o conceito de comunidade de práticas como um sistema de aprendizagem social, pode-se afirmar que as bibliotecas públicas, ao se promoverem como espaços de interação e troca, possibilitam a constituição de comunidades nas quais o aprendizado ocorre de maneira coletiva e situada.

Dessa forma, a triangulação entre teoria, prática e contexto sócio-histórico situacional, conforme esta proposta teórico-metodológica, alinha-se à necessidade de repensar o papel das bibliotecas públicas não apenas como depositárias de informação, mas como espaços ativos de ressignificação e de experiências para os sujeitos. Essa abordagem permite identificar como diferentes atores interagem nesses ambientes, como constroem conhecimento coletivamente e como as práticas informacionais são constituídas, compartilhadas e ressignificadas. A comunidades de práticas possibilita que as bibliotecas públicas se tornem espaços de aprendizagem coletiva, onde a informação é compartilhada de forma dinâmica e contextualizada.

Dessa maneira, os constructos apresentados na Figura 1 garantem, a partir das análises e inter-relações, o fomento de processos mais participativos, nos quais bibliotecários e membros da comunidade se reconhecem como agentes ativos na construção de conhecimento, na formulação de novas práticas, na constituição de uma cultura de biblioteca alicerçada no empoderamento e no pertencimento comunitário.

Por fim, ao considerar a aplicabilidade dessas proposições, percebe-se que a integração entre práticas informacionais e comunidades de práticas pode resultar na reconfiguração das bibliotecas públicas enquanto espaços de experiências, interações e aprendizados. Isso não apenas contribui para a redução da desconexão teórico-prática que historicamente permeia essas instituições, mas também fortalece sua aderência e ressonância social, possibilitando que sejam efetivamente reconhecidas como parte integrante da vida das comunidades a que pertencem.

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ACHILLES, Daniele. Programa Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: Protocolo para Formação Interdisciplinar voltado à Educação e Cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais [...]**. Recife: FEBAB, 2024. p. 1-18. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3440/3026>. Acesso em: 12 fav. 2024.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca. In: COLOQUIO DE INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA Y SOBRE LA INFORMACIÓN, 25., 2008, Ciudad de México. **Anais [...]**. Ciudad de México: UNAM, 2008. p. 157-166.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, 2017, p. 217-236. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.

COX, Andrew M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, New York, v. 38, n. 2, p. 176-188. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge**: selected interviews and writings. Edited by Colin Gordon. New York: Pantheon, 1980.

GANDRA, Tatiane Krempser. **Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Berkeley: University of California Press, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARLAN, Mary Ann. **Information practices of teen content creators**: the intersection of action and experiences - a Grounded Theory study. 2012. 232f. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology, Queensland, Austrália, 2012.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Instituto Pró-livro, 2024. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%C3%A7%C3%A3o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

ISAH, Esther Ebole. **Physicians' information practices: a case study of a medical team at a Teaching Hospital**. 2012. 453 f. Thesis (Doctor of Philosophy in Library and Information Science) - Swedish School of Library and Information Science, University of Borås, Borås, Suécia, 2012.

LAVE, Jean. **Cognition in Practice**: mind, mathematics, and culture in everyday life. Cambridge: Cambridge Univ., 1988.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LEWIN, K. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, n.2, p.34-36, 1946.

MUELLER, Suzana. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 06 jun. 2023.

NUNES, Jefferson Veras. **Vivência em rede**: uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Aprendizagem situada e práticas informacionais dos bibliotecários de ciências da saúde: reflexões e diálogos. In: TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey (org.). **Práticas informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Florianópolis: Selo Nyota, 2021, p. 323-346.z

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SNYDER, William M.; WENGER, Etienne; SOUSA BRIGGS, Xavier. Communities of practice in government: leveraging knowledge for performance. **The publicmanage**, vol. 32, n. 4, 2003, p. 17-21. Disponível em: <https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Communities%20of%20Practices.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 146-166, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40132>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VYGOTSKY, Lev. **Mind in society**: development of higher psychological processes. Harvard University Press, 1978.

WENGER, Etienne. Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. In: BLACKMORE, C. **Social learning systems and communities of practice**. London, UK: Springer, 2010, p. 179-198. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/09/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.0.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

WENGER, Etienne. **Cultivating communities of practice**: a quick start-up guide for communities of practice, 2002. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/06/2001-EWT-Quick-start-up-guide-English.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Recebido em: 16 de outubro de 2023
Aprovado em: 19 de abril de 2025
Publicado em: 19 de abril de 2025